

# EDUCAÇÃO COMO UM ATO POLÍTICO: AS CIRANDAS INFANTIS DO MST

## EDUCATION AS A POLITICAL ACT: CHILDREN'S DANCES IN THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT

Márden de Pádua Ribeiro<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG

Teodoro Adriano Costa Zanardi<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG

Luana França Oliveira<sup>3</sup>

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte - FACISABH

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as cirandas infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um símbolo de educação política, inserida no projeto educacional do Movimento. Concebe a educação centrada no trabalho, na dimensão de classe e pautada em valores coletivos e críticos à desigualdade social legitimada pelo capital e em busca de transformar a sociedade. Além de perpassar o histórico do MST, o presente trabalho defende as cirandas infantis como parte crucial da educação política do Movimento. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, amparada, sobretudo, em Freire (2013), Caldart (2004), Rosseto (2009), Roseno (2010), Luedke (2013), Vargas (2011) e MST (1996, 2004, 2010). A temática justifica-se por causa da importância de se repensar a Educação como um espaço de resistência e de alternativa para a sociedade desigual e excludente, legitimadas pelo sistema capitalista.

**Palavras-chave:** MST. Cirandas. Educação Política.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é de abordar as cirandas infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um símbolo de educação e um ato político, nunca neutro, como diz Freire (2013). Tal percepção de educação não significa um ato doutrinário, tampouco um ativismo rasteiro e manipulador. Perceber a dimensão política da educação é torná-la reflexiva, crítica e posicioná-la, nesse caso, sempre a favor da luta dos oprimidos, na perspectiva de emancipar e de transformar a sociedade. O trabalho visa contribuir para o aprofundamento de novos estudos acerca das cirandas do MST como espaços educativos, para

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG. Professor do Curso de Pedagogia – FACISABH. E-mail: mardendepadua@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG. E-mail: zanardi@pucminas.br

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte - FACISABH. E-mail: luanafra.na.oliveira@gmail.com

além da instituição escolar, destinados a refletir com as crianças sobre a necessidade de valores pautados na solidariedade, na coletividade e na reflexão crítica sobre a sociedade, sempre em permanente construção.

Desde cedo, os Sem Terrinha se percebem na dimensão da luta pela terra, em uma sociedade ainda desigual, que silencia uns e acolhe outros. Em sua essência, as cirandas do MST têm dois aspectos indissociáveis: o político e o pedagógico, que, imbricados, consistem em uma concepção de educação e de mundo comprometida com a transformação da sociedade, e não, com sua conservação.

O artigo trata de uma reflexão teórica amparada em pesquisa bibliográfica, com base nos pressupostos teóricos de autores como Freire (1996, 2013), Caldart (2004), Fernandes (2000) e Morissawa (2001), nas dissertações de Roseno (2010), Rosseto (2009) e Luedke (2013), nas teses de Vargas (2012) e de Casagrande (2007) e em MST (2004, 2009, 2010). No decorrer do trabalho, apresenta-se uma breve história do MST e sua dimensão educacional com forte teor político. Posteriormente, analisam-se as cirandas infantis do Movimento, enfatizando seu histórico, suas singularidades e seu papel de promover uma educação que se pretende conscientizadora para a transformação social.

Considera-se essa temática fundamental na medida em que se defende aqui a educação como um ato político, nunca neutro, comprometida com a luta dos oprimidos. Nas cirandas do MST, encontra-se um símbolo concreto de tal concepção defendida, ilustrando que é possível e realizável um projeto educativo comprometido com essas premissas. Como nos diz Freire (2013), a educação, assim como o homem e como o mundo, não se encontra acabados e prontos, pelo contrário, estão em permanente processo de construção e reconstrução. Nesse sentido, a educação jamais pode se limitar a uma mera reprodução da sociedade consumista e desigual em que vivemos, mas se perceber como alternativa de resistência ao modelo do capital, que se interessa pela conservação da sociedade. Defende-se também a educação como um processo que ultrapassa os muros da escola, evidentemente sem diminuir a importância histórica dessa instituição. Abordar as cirandas do MST é, sobretudo, defender um projeto educativo mais amplo do que algo restrito à instituição escolar, que, através da ótica dos oprimidos, recria sua visão de mundo em busca de mais justiça social e valores coletivos.

Roseno (2010), inspirando-se no historiador inglês Thompson, defende em sua pesquisa que a condição básica para a criação de um movimento social é a existência de um conjunto de pessoas que tenham metas em comum. Essas metas tendem a se desenvolver quando a população apresenta experiências em comum, necessidades semelhantes. No caso

dos trabalhadores rurais sem terra, essa experiência se refere à luta pela terra e à resistência ao processo da entrada do capital no campo.

## **2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto das contradições históricas da sociedade brasileira. Opondo-se à situação de miséria e exclusão social, a organização do MST, nas palavras de Luedke (2013, p. 71), “[...] tem como unidade política fazer a luta contra o capitalismo, propondo e construindo novas correlações de forças que demarcam processos sociopolíticos na luta pela terra e na luta pela Reforma Agrária [...]”.

Na década de 1980, no final de uma já desgastada ditadura militar, vários movimentos sociais e organizações partidárias passaram a se rearticular, aproveitando-se de um abrandamento da repressão que perdurou nos vinte anos da ditadura. O MST nasceu da articulação de lutas pela terra, no período de 1979 a 1985, especialmente, na Região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil. Segundo Luedke (2013), sua origem de organização aconteceu no contexto dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação durante esse período de finalização da ditadura militar. Em 1979, no dia 7 de setembro, um marco inaugurou o processo de formação do MST, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, onde aconteceu a primeira ocupação de terras pelo Movimento, apoiada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

Essa ocupação demarca a luta pela democratização e pela consciência de classe, fundamental no processo de identidade do Movimento (FERNANDES, 2000). Outro marco na construção e na formalização do MST foi o Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Nesse encontro, também foi discutido o nome que seria dado ao Movimento

Fernandes (2000) refere que o nome Sem Terra foi dado pela imprensa, antes mesmo de o próprio Movimento definir seu nome. Afirmou, ainda, que, além de a imprensa ter cunhado o termo Sem Terra, ele era empregado de modo pejorativo. Porém, Luedke (2013) explica que esse termo continha a ideia de luta e de resistência, um substantivo legitimado na história. Por esses motivos, durante a discussão a respeito do nome, considerou-se a incorporação dos termos Movimento Sem Terra. Porém, como afirma Fernandes (2000, p. 80), “[...] procurou-se contextualizar essas palavras no âmbito do caráter de classe,

introduzindo o termo Trabalhador Rural. Assim, foi aprovado por unanimidade o nome: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [...]”.

O MST surgiu como um movimento popular, de continuidade de várias lutas de outros Movimentos Sociais que atuaram e atuam no Brasil. Na concepção de Morissawa (2001), o MST foi buscar o elo que ficou perdido desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. As Ligas, atuantes, sobretudo, na década de 50, já clamavam por mais justiça social no que diz respeito à distribuição da terra no Brasil. Num contexto cujo latifúndio se mostrava ainda mais predatório do que os dias atuais, as Ligas serviram como uma espécie de embrião para o MST, estimulando para que o tema da Reforma Agrária fosse colocado em discussão no Brasil.

A luta dos indígenas, desde a colonização até os dias atuais, a luta dos negros, desde a escravização até as políticas de reparações sociais atuais, a luta das mulheres por igualdade de direitos e tantas outras lutas se somam à luta daqueles que, historicamente, foram excluídos da terra, sempre concentrada na mão de poucos. Em comum a todos esses segmentos, está o fator de opressão a que são submetidos, e a história do MST encontra essas outras histórias de exclusão no Brasil.

Segundo o MST (1996), o objetivo principal que orienta a ação política do Movimento é de lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária. Esse objetivo é definido, conjuntamente, pelos integrantes do MST, em suas instâncias de decisões, como a Coordenação Nacional, que tem a representação de todos os Estados onde atua. Além desse objetivo, o Movimento visa combater a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e de gênero, a concentração dos meios de comunicação, a exploração do trabalhador camponês e urbano e a dimensão educativa como instrumento político (MST, 1996).

Como bem explica Roseno (2010), para a consecução dos seus objetivos, o MST participa de articulações e de organizações de caráter nacional e internacional, respectivamente como: o Fórum Nacional de Reforma Agrária, a Coordenação dos Movimentos Sociais e a Via Campesina. Em outras palavras, o MST não atua isoladamente, porquanto se relaciona também com outras organizações dentro e fora do Brasil.

Tanto Roseno (2010) quanto Vargas (2012) são enfáticos, ao afirmar que, nos últimos anos, qualquer referência à luta no campo remete, inevitavelmente, às ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O questionamento da propriedade improdutiva traz à tona a discussão, sempre tensa, acerca do acentuado processo de concentração fundiária, que tem contribuído para consolidar as desigualdades sociais

incompatíveis com os preceitos básicos da dignidade humana, garantidos, inclusive, pela Constituição Federal de 1988.

O Movimento passa a atuar na defesa do acesso a terra, “[...] como expressão de um direito de maior abrangência, diretamente vinculado à cidadania, à própria sobrevivência [...]” (MST, 2010, p. 12). A sua linha de atuação, para Roseno (2009, p. 32), “[...] trata-se, hoje, não apenas de mobilizações políticas em torno da Reforma Agrária, mas da busca de soluções concretas, capazes de viabilizar socialmente e economicamente as mais de trezentas e setenta mil famílias assentadas, ligadas ao MST em todo o país [...]”. Assim, o Movimento dos Sem Terra reflete um fértil campo para debates, e a divergência é “[...] o estigma principal desse diálogo entre os que simpatizam e os que não simpatizam com essa causa [...]” (ROSENO, 2009, p. 32). O trecho abaixo, expressado pelo próprio Movimento, resume bem os valores e as diretrizes que amparam essa luta, que já completa mais de três décadas:

[...] é reafirmar os valores de solidariedade; é reafirmar o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária; é manter aceso o legado de milhares de lutadores e lutadoras do povo; é exercer cotidianamente a capacidade de se indignar e agir para transformar; é não perder o valor do estudo e aprender sempre. E, fundamentalmente, é reafirmar nosso compromisso em organizar os pobres do campo. É momento de olhar adiante. De perceber que muito já foi feito e que há muito a se fazer, até que uma verdadeira e efetiva Reforma Agrária seja realizada em nosso país e que todos os seres humanos possam ter uma vida digna. (MST, 2010, p. 2)

No que diz respeito a sua estrutura, o MST está organizado através das coordenações local, regional, estadual e nacional. É constituído, também, dos núcleos de base, dos quais são tirados os coordenadores que passam a compor as coordenações (MST, 2004). Nos acampamentos e assentamentos, todas as famílias compõem os seus núcleos de base, onde são discutidas questões como: a produção, a educação, a saúde, a cultura, a escola, enfim, as necessidades de cada área. Cada núcleo tem um coordenador e uma coordenadora. Para o MST, um aspecto importante é que as instâncias de decisão “[...] são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres [...]” (MST, 2010, p. 3).

Roseno (2010) acrescenta que ocorre, a cada dois anos, o Encontro Nacional, que é compreendido como um grande espaço de decisões e de discussões do Movimento e da luta como um todo. O Congresso Nacional é outro acontecimento realizado a cada cinco anos. Em cada Congresso, as linhas políticas que são tiradas do período anterior são traçadas para o

próximo período. As definições das linhas políticas, que valerão pelos cinco anos seguintes, e consolidam-se em palavras de ordem, que são escolhidas coletivamente no Congresso.

Na visão de Casagrande (2007), o MST também se organiza por setores e coletivos, que encaminham tarefas específicas de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento e/ou Estado. Podem-se citar como exemplos de alguns coletivos: coletivo da produção, saúde, gênero, comunicação, educação, juventude, finanças, direitos humanos, relações internacionais, entre outros. Esses setores são organizados em todas as instâncias do Movimento, dos acampamentos e dos assentamentos, nos encontros de formação política e pedagógica que acontecem nacionalmente.

Por razões de delimitação temática, encerra-se por aqui o histórico do Movimento, através da explanação de sua estrutura. Evidentemente que trinta anos de luta jamais poderiam ser resumidos satisfatoriamente em um breve item. Por isso, procurou-se explicitar sinteticamente a história do Movimento para contextualizar o projeto político-pedagógico do MST direcionando o debate para as cirandas infantis.

## **2.1 A Educação como um ato político: premissa básica do Movimento Sem Terra**

Tomar a educação como parte das lutas por transformação social e percebê-la contida na estratégia política para se alcançar tal fim implica pensá-la como prática social inserida na história da sociedade e que “a história da sociedade é a história de lutas de classes” (MARX & ENGELS, 1986, p. 81). Com efeito, tal percepção obriga a inserir a luta de classes no centro dos processos educacionais, cujas mediações, que predominantemente não só as desconsideram como as deslegitimam, favorecendo aos opressores, colocam em prática o que Vargas (2011, p. 154) chama de “[...] (com)formação da subjetividade da classe trabalhadora, isto é, negando-a a compreensão das contradições da relação entre capital e trabalho [...]”.

Defender a educação como estratégia política requer que se disputem seus fins e meios, e do ponto de vista do mundo do trabalho, significa disputar a concepção de homem e de natureza. Em outras palavras, tomar das mãos do capital a direção intelectual e moral imposta às massas, visando à sua subordinação cada vez mais dócil a um sistema que as exclui, segrega e silencia. É preciso substituir por outro viés, criado a partir de suas necessidades de humanização e de uma interação coletiva e solidária.

Como sujeito pedagógico, o MST não cria uma nova pedagogia, como afirma Caldart (2004), mas incorpora e recontextualiza práticas pedagógicas já construídas na história da formação humana, reinventando e conferindo a elas um sentido de educação de classe. Para

Vargas (2011), o MST e a Pedagogia, que se alimentam das lutas pela terra, ao pôr em movimento processos de formação humana, mesclam e rearticulam distintas mediações educativas, produzindo uma síntese pedagógica que, certamente, encontra limites de diversas ordens, mas se constitui como símbolo de uma educação que se nega a conceber o sujeito como um ser passivo, exatamente porque sua referência está no sentido do trabalho (trabalho concreto), que transforma e põe a história em movimento, contra o trabalho alienante, cuja essência é de produção de mais valor, visando reproduzir o capital.

A coletividade em movimento e do movimento enraíza a participação dos trabalhadores organizados pelo MST em processos educativos centrados nas lutas pela terra, pela escola, por outro modo de produzir e por outra relação com o trabalho que passa a se constituir como referência pedagógica também para os Sem Terrinha, conferindo à proposta pedagógica do Movimento uma “[...] vivacidade e concretude essencial aos processos de elevação do nível da consciência e de formação da subjetividade que confere identidade de classe em luta [...]” (VARGAS, 2011, p. 155).

A educação, como um ato político, cumpre um estratégico papel na organização do MST e é entendida como um dos processos de formação do ser humano, que está sempre ligada a determinada concepção de mundo e a determinado projeto político. Nesse sentido, segundo Casagrande (2007), o MST, ao recontextualizar sua própria pedagogia, enfatiza que ela se caracteriza pela forma como o Movimento historicamente tem formado o sujeito social Sem Terra, e no cotidiano de sua organização, o princípio educativo se constrói e reconstrói. “[...] O MST descobriu que os acampamentos e os assentamentos são uma Escola. O MST acredita que a participação nas mobilizações e nas lutas educa o Sem Terra. Educação que é aprofundada pela reflexão sobre a vida, sobre a prática [...]” (MST, 2010, p. 5).

Importante ressaltar que os Encontros dos Sem Terrinha é um evento fundamental do processo de organização das crianças dos acampamentos e assentamentos do MST. Ele é realizado pelo MST desde 1994, geralmente no mês de outubro, com uma abrangência regional ou estadual, dependendo das condições de cada Estado. A duração, em média, é de três a quatro dias. O número de crianças participantes do encontro também varia conforme o estado: há casos contabilizados de 150 ou, até mesmo, 700 crianças. Esses Encontros são considerados como atividades político-organizativas das cirandas infantis do MST.

Em alguns Estados, os Encontros têm caráter mais reivindicatório; em outros, de estudo, lazer e troca de experiências; em alguns, junta-se o caráter da reivindicação ao estudo e ao lazer. “[...] Geralmente, o centro da reivindicação é a luta por escolas adequadas nos assentamentos e acampamentos [...]” (ROSSETO, 2009, p. 13).

Os encontros dos Sem Terrinha são espaços que propiciam às crianças exercitarem a autonomia e a auto-organização, que são elementos complexos e exigem tempo e dedicação, além de uma vivência coletiva. As marcas das contradições aparecem na educação dos adultos nos momentos em que eles demonstram não acreditar na capacidade de auto-organização das crianças, e, por vezes, tentam comandá-las e controlá-las, impedindo-as de desenvolver suas potencialidades ao realizar tarefas tão importantes quanto as dos adultos. Os objetivos dos encontros dos Sem Terrinha, segundo Rosseto (2009), são de: propiciar a vivência de uma organização coletiva; estimular a participação de crianças e adolescentes no Movimento; realizar confraternização e lazer; fazer uma passeata na cidade e promover audiências na Secretaria de Educação, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ou em outras instituições para as quais as crianças entregam uma pauta de reivindicações.

Apesar de não atingir resultados imediatos, os encontros dos sem terrinha, segundo Rosseto (2009), são processos cumulativos de formação de uma geração de jovens do MST, que passaram pelos encontros dos sem terrinha. Atualmente, é comum encontrar muitos jovens desenvolvendo um trabalho com as crianças do MST. Em sua dissertação, Rosseto (2009) dá exemplos de jovens que foram Sem Terrinha e hoje contribuem com diversos setores dentro do movimento, como: na coordenação de setores, na direção da regional, nos núcleos de base ou em outras tarefas da luta social na vida dessas crianças que passam a fazer parte do seu cotidiano. A materialidade e a historicidade da luta da qual as crianças participam é que educam, assim como o próprio movimento da luta concreta, com suas contradições, enfrentamentos, idas e vindas, conquistas e derrotas. Isso também tem a ver com a materialidade da organização coletiva, ou seja, com a estrutura orgânica, para potencializar a formação de sujeitos.

Rosseto (2009) conclui que há um despertar para o processo de exercício da militância nesses encontros dos sem terrinha. As ações desenvolvidas ali exigem que as crianças aprendam a tomar decisões, respeitem a organização coletiva, propiciem o debate, sejam disciplinadas e desenvolvam o sentido de pertença à organização. Para isso, as crianças aprendem a planejar, a executar e a avaliar em conjunto, desde as atividades mais políticas até o lazer coletivo. Ser sem terrinha, muito mais do que um mero nome, é uma questão de identidade, como explica Rosseto (2009, p. 48):

No Estado de São Paulo, ocorreram três encontros: o 1ª Encontro Estadual Infanto-juvenil, nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1996, com 700 crianças. Foi nesse encontro, na fase preparatória, que as crianças sem terra começaram a se identificar como Sem Terrinha, ou seja, começaram a assumir a identidade própria das crianças Sem Terra. Ramos (2008) destaca



que o nome Sem Terrinha surgiu por iniciativa das crianças que participaram do Primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terra do Estado de São Paulo, em 1996. Elas começaram a se chamar assim durante o encontro e o nome acabou sendo incorporado à identidade das crianças que participam do MST em todo Brasil [...] (ROSSETO, 2009, p. 48).

Fica evidente que, para o MST, a educação, além de ser um instrumento político de transformação social, não se limita a instituição escolar. Ao contrário, ela acontece em um dinâmico processo relacional entre as pessoas inseridas em determinadas realidades, sempre lutando por direitos.

## **2.2 As Cirandas do MST como um espaço educativo em permanente construção**

Rosseto (2009) define a ciranda como um espaço educativo não formal, que é mantido por Cooperativas, Centros de Formação e pelo próprio MST, e que visa construir, com as crianças sem terra, um trabalho educativo que se paute em sua luta como um movimento de resistência à hegemonia e que se contrapõe ao modelo capitalista neoliberal. Assim, a perspectiva é a da emancipação humana, centrada no trabalho como atividade primordial à vida, ou seja, relacionado à cooperação e à vivência dos valores humanistas e socialistas.

Assim, para o MST, a ciranda infantil é um

espaço educativo organizado, com o objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança Sem Terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia, vinculando as vivências do cotidiano, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, e a autonomia [...]. São momentos e espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças receberão atenção especial, cuidado e aprenderão, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte. É muito mais que espaços físicos, são espaços de trocas, aprendizados e vivências de novas relações [...] (MST, 2004, p. 25).

Importante ressaltar que as Cirandas não são escolas regulares. Conforme a LDB/96, em seu art.1º., os espaços educativos podem se efetivar em lugares diversos da escola, como os movimentos sociais, por exemplo. As Cirandas são *lócus* em que as crianças se constituem como sujeitos de direitos, protagonistas da própria história, e suas vivências cotidianas são primordiais para o planejamento pedagógico dessas danças. Nesses espaços, valores são construídos por meio de uma relação dialógica, e nunca, através de uma imposição que vise moldar as crianças de acordo com uma conscientização determinada de “cima para baixo”. Reconhecendo, como nos diz Freire (2013), que a educação é sempre um ato político, as Cirandas têm uma dimensão político-pedagógica.

O nome ciranda nos lembra criança em ação. “[...] Essa ação dá-se na brincadeira, que dever ser uma brincadeira coletiva. Vai além do brincar juntos, pois é um espaço de construção de relações através de interações afetivas, de solidariedade, de sociabilidade, de fraternidade, de solidariedade, de linguagem, de conflitos e de aprendizagem [...]” (LUEDKE, 2013, p. 101). Tomando como base o MST, os objetivos das cirandas infantis são os seguintes:

criar um espaço educativo para os filhos e filhas das famílias que participam do MST; Implementar a pedagogia do MST em Educação Infantil; Implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST; Organizar atividades nas quais as crianças sejam sujeitos do processo; Desenvolver a cooperação, de forma educativa que construa a vivência de novos valores; Trabalhar a criação de vínculos e relações com os demais setores do Movimento: gênero, saúde, formação, produção, frente de massa; Garantir a formação política pedagógica permanente das educadoras e dos educadores infantis; Realizar atividades em conjunto com as comunidades assentadas e acampadas (MST, 2004, p. 39).

Ainda para o MST (2004), a implantação de uma ciranda infantil é organizada a partir da união e da sustentação de educadores, de planejamento, ambiente educativo e infraestrutura. Educadores precisam ser pessoas adultas, que podem ser uma mãe, um pai, uma jovem ou um estudante que realize um trabalho intencional, planejado e avaliado, na perspectiva de que os processos de troca sejam educativos, afinal, o coletivo educa. Porém, como sinaliza Caldart (2004), esses educadores devem estar cientes da singularidade que faz parte do processo educativo de uma ciranda infantil.

O planejamento de uma ciranda que se pressuponha fixa, regular deve ser organizado diariamente, semanalmente e semestralmente, com o intuito de trabalhar todas as dimensões da educação infantil no MST (entenda-se educação infantil no Movimento para crianças de 0 a 12 anos). O ambiente educativo deve ser um espaço que proporcione a relação entre as atividades que acontecem dentro e fora das cirandas, sua relação com as famílias, a comunidade, o assentamento ou acampamento. São as vivências que materializam os valores, os princípios e a identidade de criança sem terrinha. Para isso, os ambientes internos e externos devem propiciar que diversas linguagens se desenvolvam através dos símbolos, das canções, da mística e das histórias que devem estar presentes nesse cotidiano para se reconhecer o pertencimento ao MST.

Outro aspecto importante da organização desses tipos de ciranda é sua infraestrutura. Sempre dentro das possibilidades existentes para atender às necessidades básicas das crianças, a organização deve conter, preferencialmente: cozinha, quartos, salas, banheiros e material

pedagógico, para que às crianças possam valer seus direitos de criança (MST, 2010). Contudo, com a participação das mulheres na luta, nas instâncias, nas direções, nos cursos, nas reuniões, nos congressos e nas marchas, surge a necessidade de organizar as Cirandas Itinerantes, que se diferem das cirandas permanentes. O foco do presente artigo se pauta na análise dessas Cirandas Itinerantes, embora em nada sejam diferentes das permanentes no tocante à concepção de educação e de mundo. Assim, fica a distinção relacionada a aspectos de montagem, de estrutura e de organização, como explica Rosseto (2009). No entanto, também se diferem em relação à lógica de atuação, pois, distintamente das cirandas fixas, as Itinerantes têm um início, meio e fim, previstos em espaço curto de tempo, o que demanda estratégias pedagógicas adaptadas ao tempo curto e às condições estruturais que o local apresenta. Geralmente, a Ciranda Itinerante não pode contar com a mesma possibilidade material das cirandas fixas. Então, é fundamental que o potencial criativo e dinâmico tanto dos educadores quanto dos educandos seja estimulado para que, a partir do que se tem condição, realizar e produção nesses espaços.

O estado do Ceará, como mostram Luedke (2013) e Rosseto (2009), foi um dos primeiros a iniciar a experiência das cirandas itinerantes. A maioria das reuniões do setor de educação e da direção estadual era composta de mulheres que tinham filhos. A saída encontrada pelo MST do Estado foi organizar a Creche Itinerante, cuja prática impulsionou as Cirandas Itinerantes no Movimento em geral. Assim, as Cirandas Itinerantes têm data para começar e para terminar, pois são organizadas como espaços pedagógicos para as crianças que acompanham seus pais e mães em algumas ações no processo de luta pela terra.

A primeira Ciranda Infantil Nacional aconteceu em 1997 no Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária, com 80 crianças de todo o país. No ano de 2000, durante o IV Congresso Nacional do MST, participaram 320 crianças na Ciranda Infantil Itinerante, e o encontro tornou-se um marco de referência para organização das Cirandas. Depois do congresso, o MST realizou um processo de valorização e multiplicação das Cirandas. Incluiu-as em todas as atividades e discussões do Movimento, pois há um grande número de crianças participando da luta, das mobilizações, dos encontros etc. Na organização do MST, há dois tipos de Cirandas, a Ciranda Itinerante e a Ciranda Permanente. A Itinerante é aquela que acontece em cursos, marchas, reuniões, congressos e reuniões diversas, não possui um local fixo. Já a Ciranda Permanente é um espaço educativo organizado nos assentamentos, acampamentos, nas escolas e nos centros de formação, com período permanente. (LUEDKE, 2013, p. 101)

O Movimento Sem Terra, como lembra Caldart (2004), tem apresentado aos seus sujeitos outra possibilidade: a de ser “Sem Terra”, como nome próprio, como sujeito constituído pelas lutas do MST. Diferente de ser “sem-terra”, uma designação sociopolítica do

indivíduo expropriado da terra. “[...] Mais que novas semânticas, o MST tem se configurado num sujeito social que forma sujeitos [...]” (CALDART, 2004, p.26), que ajuda a produzir novos homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, novas expectativas de vida e velhos sonhos de pessoas das camadas populares.

As atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças nos assentamentos, como mostra Rosseto (2009), possibilitam que elas estejam permanentemente em movimento. As lições aprendidas no desenrolar da luta pela terra contribuem para a construção de “[...] uma cultura de mobilizações [...]” (ROSSETO, 2009, p. 46). Em outras palavras, a precariedade de políticas públicas vivenciada pelas crianças do Movimento é traduzida em variadas formas de mobilização, que dão sentido a uma construção processual, para que possam se tornar sujeitos de direitos, sujeitos sem terrinha.

Tudo isso possibilita e estimula um ambiente propício à formação da consciência política das crianças do MST que, em seu cotidiano, constroem os próprios espaços de participação, tais como: os encontros dos sem terrinha; as cirandas infantis; os núcleos infantis; o acampamento-escola; a participação em feiras de ciências, olimpíadas e festivais; o concurso nacional de desenho e redação, entre outros. “[...] Essa participação das crianças no MST é fruto de processos históricos vivenciados por elas, ou seja, um conjunto de ações resultantes do protagonismo de cada uma das crianças, como parte das lutas do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [...]” (ROSSETO, 2009, p. 49).

Ao participar da luta pela terra junto com seus familiares, as crianças do MST passam a ser sujeitos que se envolvem diretamente em um processo por meio do qual se pretende transformar a realidade. Essas crianças absorvem ideais, projetos de futuro, perspectivas de vida e têm como referência a coletividade, constituindo-se como seres que são parte integrante de um projeto em construção.

Caldart (2004) entende que isso é essencial no Movimento, visto que as crianças, embora assentadas ou acampadas, são sujeitos participantes de um processo de luta permanente e estão inseridas em uma sociedade de mercado, cujos valores e relações sociais são antagônicos aos valores defendidos pelo Movimento. Elas vivenciam essa permanente tensão entre os valores e as relações sociais do MST e os da sociedade capitalista, que não raramente se contrapõem e se chocam e exigem sempre dos educadores uma série de reflexões acerca dessas tensões.

Essas reflexões partem do pressuposto de que as crianças Sem Terra irão conviver com valores que constantemente se chocam e que os educadores não devem lhes passar uma educação doutrinadora, que vise impor às crianças esse ou aquele olhar sobre o mundo, mas

uma educação política e ética, que se pautará em valores humanistas de coletividade e diálogo, que ensinará as crianças a refletirem criticamente acerca desses valores que receberão. Desse modo, cada criança, no curso de suas vidas, "escolherá" os princípios com os quais se identificarão. Essa é a educação libertadora que o MST (2004) visa construir, notadamente pautado na referência de Freire (2013).

Considerando que nas Cirandas Infantis participam as crianças que acompanham seus pais no processo de luta pela terra, as relações sociais estabelecidas entre elas se dão através da vivência coletiva, assimilando os valores, tanto os enraizados da sociedade capitalista quanto os que se constroem a partir das vivências coletivas numa perspectiva de uma educação emancipadora. É na constante relação dialética entre esses valores distintos, advindos de modelos de sociedades diferentes, que se estabelece o jeito de ser e de relacionar-se. (ROSSETO, 2009, p. 76)

Vale ressaltar que as crianças sempre estiveram presentes na luta pela terra, até porque suas famílias estão inseridas nas articulações das ocupações. E como não têm com quem deixar suas crianças, carregam-nas para as atividades do Movimento. Sobre esse aspecto, Arenhart (2007 p. 53) afirma:

Se um movimento é feito pelas famílias, então também é um movimento realizado por muitas crianças. Nos documentos que trazem a história do MST, a presença das crianças nos conflitos, nos acampamentos e nas mobilizações, é a representação de alegria, de força e de esperança. Isso está colocado tanto em relação ao efeito contagiante que elas produzem nos adultos, dada a sua capacidade de cantar, brincar, pular, sorrir, mesmo em meio às situações mais difíceis, como também, no que elas representam enquanto projeção dos futuros lutadores do povo.

Para Alves (2001, p. 205), “[...] a luta pela terra é uma luta em família, e a presença das crianças cria novas necessidades para a organização do movimento [...]”. Assim, o espaço e a vivência tanto no assentamento quanto no acampamento passam a envolver não somente adultos, mas também, necessariamente, as crianças. “[...] Todo esse processo vai materializando a preocupação do Movimento e do Setor de Educação com esses novos sujeitos, que não são passivos, muito pelo contrário, aprendem a mobilizar-se e a indignar-se com o sofrimento e a luta de seus pais [...]” (ALVES, 2001, p. 205). Assim, essas crianças envolvidas na constante luta passam, também, a incorporá-la, embora não na mesma dimensão dos adultos.

Caldart (2004) complementa que, para muitas crianças que participam das ocupações, esse é o primeiro contato com a luta pela terra e, às vezes, com o próprio grupo de pessoas que estão na ocupação. Nem por isso as crianças deixam de participar. Logo estão brincando de assembleia, cantando as músicas da luta, falando as palavras de ordem. Assim, a

experiência da partilha nessas brincadeiras se faz presente no processo e consolida-se à medida que a luta continua. Acerca da participação das crianças, Alves (2001, p. 208) afirma:

Para as crianças é também um momento de apreensão, pois apesar de não participarem da tomada de decisão, vivenciam os momentos de preparação e de tensão, participam das reuniões e acompanham os pais na ocupação. Essa tem significados que mistura curiosidade, medo e desejo de algo novo. O processo de ocupação modifica o cotidiano de adultos e de crianças, numa rotina jamais vivida, com assembleias, gritos de ordem, muita música, mística, discussão, um movimento propiciado pela condição de uma ocupação recente.

Rosseto (2009) constata que a formação dos educadores e das educadoras das cirandas infantis, especificamente aqui, as itinerantes, tem exigido do MST, cada vez mais, aprofundamento teórico, pois educar, como ensina Freire (1986), pressupõe rigor teórico e não somente a dimensão do amor pelo educando, embora também fundamental. Assim, os educadores e as educadoras têm um papel fundamental no pensar e no fazer nas cirandas infantis itinerantes, porque contribuem para a formação humana, crítica e política de uma geração de crianças. Essa formação deve estar em sintonia com o projeto de emancipação humana defendido pelo Movimento.

No caso das Cirandas Itinerantes, o desafio é ainda mais difícil, pois, como não têm uma periodicidade e regularidade e, nem sempre, contam com estrutura física satisfatória, cabe a esses educadores criarem condições, com criatividade e alto poder de escuta e de diálogo com a realidade desses educandos, para conseguir pensar, sempre juntos, em atividades político-pedagógicas que façam algum sentido em suas realidades.

Como foi percebido, os Sem Terrinha estão inseridos de forma ampla na luta, que é o motor do Movimento, e como tal, as Cirandas Itinerantes se inserem nesse processo, misturando atividades lúdicas de cunho pedagógico-político. A partir do fato de que o MST amplia os seus objetivos de luta, não apenas pela conquista da terra, mas também pela educação e pela escola, tem-se uma nova proposta educativa com características e particularidades próprias do Movimento, que visam atender as suas demandas e realidades.

Nas Cirandas Itinerantes, enquanto familiares, muitas vezes, participam de atos do Movimento, os Sem Terrinha lá estão, mas não desvinculados da luta ao redor, ao contrário, participam à sua maneira, reconhecendo-se como sujeitos pertencentes àquele processo. Tanto que, não raramente, nas Cirandas Itinerantes, organizam-se atos político-pedagógicos que visam inseri-los concretamente na luta. De dentro das Cirandas Itinerantes, construídas naquele espaço, naquele momento, mesmo sabendo que não haverá ali continuidade, consegue-se, através do diálogo conjunto, ofertar a palavra ao Sem Terrinha, realizar atos que

os marcam como sujeitos ativos na luta e como membros de um projeto maior, coletivo e de resistência.<sup>4</sup>

Esse modo não fixo de construir as cirandas também exige imensa organização, pois, seja em congressos, ou em encontros diversos do Movimento, crianças oriundas de vários locais se encontram, e isso exige dos educadores toda uma lógica de operação para acomodá-las, geralmente sem estrutura adequada, e conseguir um espaço para a realização das cirandas, e além disso instalar certa ordem de organização que consiga deixá-las em condição segura e instigadas a experiências pedagógicas, que não continuarão semanas ou meses e, por isso mesmo, precisam ter objetivos e metodologias muito singulares. Certamente, essa não é uma tarefa simples.

Para o MST (2010), a educação se constrói pelos sujeitos que estão nela inseridos, seja em um espaço formal ou informal. Desse modo, sua defesa está em um processo de coletividade que intencione cultivar a militância dos princípios do Movimento, pautado na experiência da luta e dos conflitos sociais. A Ciranda Infantil Itinerante vai ao encontro de uma proposta de educação para as crianças que transforme o sujeito e construa uma identidade política. Trata-se, portanto, de uma educação que não esconde o seu compromisso em buscar a transformação social nos moldes de um ideário coletivista, socialista. Para atender a esse princípio, a educação deve promover o sentimento de pertencimento, ou, como afirma Luedke (2013), a consciência do que é ser criança Sem Terrinha.

As cirandas não representam o espaço em que se ignora a luta do Movimento e se mergulha em um mundo de fantasias desconectado de sua realidade. Ao contrário, o lugar da criança não é outro, senão o da própria luta. E é nesse contexto educativo em que se engendra também grande parte das experiências de suas infâncias.

Contudo, pode-se identificar que alguns elementos são comuns na constituição das experiências socioculturais das crianças que estão envolvidas na luta pela terra, como a condição de viverem suas infâncias no contexto do mundo rural, pertencerem à classe trabalhadora e fazerem parte do MST. Esse último elemento talvez seja o que mais as identifica enquanto coletividade e mais as diferencia em relação às outras crianças – que também vivem no meio rural e da mesma forma pertencem à classe trabalhadora. Mais do que ser filho e filha de acampados e assentados, a participação vai possibilitando também a construção de uma identidade coletiva, quando passam a perceber-se como Sem Terrinha [...] (ARENHART, 2007, p. 10).

---

<sup>4</sup> Na dissertação de Roseno (2010), ela faz uma análise profunda da atuação das Cirandas Itinerantes no VI Congresso do MST, ocorrido em 2013, em Brasília. Nesse Congresso, através de elaboração discutida nas Cirandas Itinerantes, os Sem Terrinha foram para o Ministério da Educação reivindicar melhores condições no campo e o fim do fechamento de escolas do campo.

Portanto, precisamos compreender as cirandas infantis do MST como um processo em permanente construção, cuja organização se adéqua às diferentes realidades e situações presentes na vida de lutas e de conquistas do MST. As cirandas são parte integrante de uma Pedagogia que pressupõe luta e conflito, mas também diálogo e coletividade e se inserem em um projeto político-pedagógico do Movimento que enxerga nas cirandas um crucial momento para o estímulo a uma conscientização transformadora. Os Sem Terrinha das cirandas não são meros alunos, porquanto têm na luta sua identidade e na educação, um ato político, sua premissa originária.

### 3 CONCLUSÕES

Freire (1986, p. 17) assevera que, “[...] além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra [...]”. A concepção de Educação aqui delineada é comprometida com uma causa, com uma luta e com uma determinada concepção de mundo e de sociedade. A causa é dos oprimidos e excluídos de toda ordem; a luta é por menos desigualdade e mais justiça social, menos individualismo e mais coletividade; a concepção é marcada pela transformação da sociedade, e não, por sua manutenção, pela emancipação e libertação dos oprimidos, jamais pela legitimação do opressor que há dentro deles.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Se essa descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que essa não se limite a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. (FREIRE, 2013, p. 20)

Procurou-se, neste artigo, delimitar a educação político-pedagógico dimensionada pelo Movimento Sem Terra, enfatizando as Cirandas Infantis, especificamente as Itinerantes, como eixo integrante desse projeto educacional, pautado na luta pela terra, na centralidade do trabalho e na dimensão de classe, visando à transformação social. Ao se destinar aos Sem Terrinha do MST, as Cirandas Infantis Itinerantes, de certo modo, destinam-se ao futuro da luta e de uma concepção crítica de mundo e constroem e reafirmam a esperança da concretude de uma Pedagogia da resistência, da alternativa, da transformação.



Em sua dissertação, Correia (2004) analisou os significados atribuídos pelos Sem Terrinha ao fato de pertencerem a um movimento como o MST. Nesse sentido, é importante resgatarmos desse trabalho as palavras da Sem Terrinha "Cíntia", ao comentar sobre preconceitos sofridos na escola regular, mas que, ao mesmo tempo, a conscientização do que é ser Sem Terrinha não se abala, ao contrário, fortalece-se, solidifica-se: “[...] No começo, eu fiquei muito triste, assim que os meninos ficavam falando que eu era sem-terra, mas eu sentia muito orgulho assim no peito ó, e seguia de cabeça erguida por causa que eu era mesmo [...]”.

O MST e suas cirandas são construções históricas que demandam sujeitos de luta e de sonhos. Realidade e utopia misturam-se, na busca incansável por uma sociedade mais justa, através de uma educação que emancipa e humaniza.

## ABSTRACT

This article aims to examine the children's dances of the Landless Workers' Movement (MST) as a symbol of political education, integrated in the Movement's educational project. It conceives education as centred on work, in a class dimension, and guided by collective values, critical of social inequality as legitimized by capital, and in search of a transformation of society. In addition to running through MST's history, this paper defends the children's dances as a crucial part of the Movement's political education. From a methodological point of view, it is based on a review of literature, above all, Freire (2013), Caldart (2004), Rossetto (2009), Roseno (2010), Luedke (2013), Vargas (2011) and MST (1996, 2004, 2010). The theme is justified by the importance of rethinking education as a space of resistance and as an alternative to unequal and exclusive society, legitimized by the capitalist system.

**Keywords:** Landless Workers' Movement. Dances. Political education.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Suzy de Castro. **As experiências educativas das crianças no Acampamento Índio Galdino do MST**. 2001. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ARENHART, Deise. **Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Argos, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional n° 9394/96**. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASAGRANDE, Nair. **A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no Século XXI: as contribuições da pedagogia da terra**. 2007. 293f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CORREIA, Luciana Oliveira. **Os filhos da luta pela terra**: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. 2004. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

LUEDKE, Ana Marieli dos Santos. **A formação da criança e a ciranda infantil do MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra)**. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

MORISSAWA, Mitsue (Org.). **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 11, 1986.

MST. Princípios de educação do MST. **Cadernos de educação**, São Paulo, n. 8, 1996.

MST. Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 12, nov. 2004.

MST. **Lutas e conquistas**, São Paulo: [s.n.], 2010

ROSENO, Sônia Maria. **O Curso de Licenciatura em Educação do Campo**: pedagogia da terra e a especificidade da formação dos educadores e educadoras do campo de Minas Gerais. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

ROSSETO, Edna Rodrigues Araújo. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós**: a educação das crianças sem terrinha no MST. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VARGAS, Luiz Américo Araújo. **Por uma pedagogia da luta e da resistência**: a educação como estratégia política no MST. 2011. 291f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2011.